

**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA  
VARA DO TRABALHO DE GUAXUPÉ – MG**

**JUIZ TITULAR DA VARA DO TRABALHO:  
ANSELMO BOSCO DOS SANTOS**



**JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRT da 3ª Região (MG)**

**Lei de Criação nº 7.729, de 16-1-1989**

**Data da instalação: 15-5-1991**

**Data de implantação do PJe: 8-9-2014**

**Jurisdição:** Guaxupé, Arceburgo, Guaranésia, Juruáia, Monte Belo, Muzambinho, Nova Resende e São Pedro da União.

**Edital de Correição divulgado no DEJT em 6-11-2020, p. 17.**

## **ATA DE CORREIÇÃO**

Data da última Correição: 30-7-2019

Às 13 horas do dia dezoito de novembro de 2020, a Excelentíssima Desembargadora Dra. **Maristela Iris da Silva Malheiros**, Vice-Corregedora do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região deu início à Correição Ordinária Telepresencial por meio da plataforma de videoconferência Cisco Webex, instituída pela Portaria n. 61, de 31 de março de 2020, do Conselho Nacional de Justiça na Vara do Trabalho de Guaxupé, situada na Rua Domit Cecílio, 780, conforme ATO Nº 13, de 19 de Maio de 2020, do Tribunal Superior do Trabalho, Portaria Conjunta GCR/GVCR N. 7, de 5 de junho de 2020 e na forma do artigo 682, XI, da CLT, combinado com o artigo 29, II, do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, presentes por meio do sistema eletrônico o MM. Juiz do Trabalho Titular da Vara, Dr. **Anselmo Bosco dos Santos**; o Secretário da Vara do Trabalho, Sr. Mauro Sérgio da Silva; os servidores Cleide Alves da Silva, Donizetti Vitor de Souza, Éderson de Souza Félix, Edson Arantes Moreira Soares, Elaine Crisitna Sofientini, José Furlan Neto, Márcio Matias Ribeiro, Ronaldo Jacinto Penha, Roseane Guimarães Lima Raspanti; Ausentes os servidores Ana Cláudia Raimundo Alves, Aulinor Ribeiro Sobrinho e Sinval de Figueiredo, em férias regulamentares.

Iniciada a correição no horário acima registrado, a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora examinou:

### **1. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA**

**1.1. PROTOCOLO DE RECLAMAÇÕES** – Das informações de distribuição, excluídas as cartas precatórias recebidas, consta o registro de 666 processos, distribuídos neste ano até o dia 6-11-2020, apurando-se a média de 3,3 processos por dia útil.

**1.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS** – A Vara recebeu 20 cartas precatórias, dentre elas 3 executórias, até o dia 6-11-2020, das quais 15 foram devolvidas, neste ano, para os juízos deprecantes, conforme consulta realizada junto ao SICOND.

**1.3. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT** – Existe o registro de 190 autos de processos na Instância Superior, sendo que desses, 78 processos foram remetidos neste ano até o dia 6-11-2020.

**1.4. CARGA PARA O (A) MERITÍSSIMO (A) JUIZ (A) DO TRABALHO** – Há 33 autos de processos para minutar sentença e minutar decisão, todos no prazo legal.

**1.5. CARGA PARA PERITOS** – Analisando o sistema do PJe, constatou-se que existem 93 processos com perícia designada.

**1.6. MANDADOS EXPEDIDOS** – Constam 579 mandados expedidos no PJe no ano em curso, dentre os quais 31 pendentes de cumprimento, no prazo.

**1.7. PROCESSOS SOBRESTADOS NA FASE DE CONHECIMENTO** – Em consulta ao sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se a existência de 10 processos sobrestados.

Segundo informações do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (Nugep), não há processos sobrestados já julgados, com incidentes de Repercussão Geral, pelo STF.

Processos examinados na correição, por amostragem, temas ainda não julgados:

0010410/19, 0010411/19, 0001661/13, 0010620/17, 0010653/17, 0010448/18: sobrestados em razão do recurso extraordinário com repercussão geral pelo STF – Tema 1022 – Dispensa imotivada de empregado de empresa pública e de sociedade de economia mista admitido por concurso público.

0000650/12, 0001360/14, 0001477/14: sobrestados pendentes do julgamento de outras ações.

Recomenda-se, ainda, que seja observada a correta correspondência dos andamentos dos processos àqueles do sistema E-Gestão, conforme Manual de Orientações do Sistema E-Gestão 1º Grau ([http://negestao.tst.jus.br/index.php/E-Gest%C3%A3o\\_1%C2%BA\\_Grau](http://negestao.tst.jus.br/index.php/E-Gest%C3%A3o_1%C2%BA_Grau)).

Também deve ser consultada a cartilha de sobrestamento e “dessobrestamento” elaborada pelo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes, disponível no link [https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/nugep-2/downloads/Cartilha\\_NUGEP.pdf](https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/nugep-2/downloads/Cartilha_NUGEP.pdf)

Está disponível no link <https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/suspensoes-encerradas/suspensoes-encerradas-no-trt-mg>, sistematizadas por assunto.

**1.8. PROCESSOS EM FASE DE CONHECIMENTO** – a taxa de congestionamento na fase de conhecimento – 1º grau, indicador nº 10 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 37,48% em 2016, de 38,85% em 2017, de 34,44% em 2018 e de 31,24% em 2019. A Meta estabelecida para este indicador em 2019 era de 39% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 03/02/2020, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).

Vara do Trabalho	Guaxupé - 01a Vara				
Indicador / Ano	2016	2017	2018	2019	3º trim/2020 (01/10/19 a

30/09/20)

Ind. 10: Taxa de Congestionamento Conhecimento (%)	14,46	14,66	10,49	17,91	29,55
---	-------	-------	-------	-------	-------

### 1.9. PROCESSOS AGUARDANDO SENTENÇA NA FASE DE CONHECIMENTO -

#### FASE DE CONHECIMENTO (de 1º-1-2020 até 6-11-2020)

(fonte: e-Gestão)

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Aguardando 1ª Sessão de audiência (item 60)	0
	Aguardando 1ª audiência (item 90060)	62
	Aguardando encerramento da instrução (item 61)	0
	Aguardando encerramento da instrução (item 90061)	176
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 62)	0
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 90062)	29

Processos aguardando primeira audiência ou aguardando o encerramento da instrução que estão sem audiências designadas (aguardando atualização do PJe - chamado aberto junto ao TST):

Processos sem audiência designada durante a fase de instrução: São os processos dos itens 90.060 e 90.061 do e-Gestão e que não possuem audiência designada ou não estão suspensos/sobrestados.	30
---	----

Aguardando atualização do PJe - chamado aberto junto ao TST

1) Indicador Idade média do Pendente de Julgamento (I01): representa o tempo médio que os processos estão pendentes de julgamento. Média do ano dos processos dos itens 60, 61, 62, 90060, 90061 e 90062 no final do período de referência.

Para cálculo do prazo médio, conforme manual do IGEST, “são listados todos os processos pendentes de julgamento na fase de conhecimento e considerado o ano em que cada um deles foi ajuizado. Após faz-se a subtração pelo ano de referência e após a média desses anos.

Ano de ajuizamento	Quantidade de	Prazo médio por
--------------------	---------------	-----------------

	processos	ano
2016	-	-
2017	2	3
2018	2	2
2019	27	1
2020 – ano de referência	236	
TOTAL	267	0,14

Abaixo a tabela dos 20 processos mais antigos na fase de conhecimento, extraídos dos itens 60, 900.60, 61, 90061, 62 e 90.062 (dados apurados no mês de novembro até o dia 6-11):

Processo	Tarefa
0010620-23.2017.5.03.0081	Aguardando final do sobrestamento
0010653-13.2017.5.03.0081	Aguardando final do sobrestamento
0010448-47.2018.5.03.0081	Aguardando final do sobrestamento
0011013-11.2018.5.03.0081	Cumprimento de Providências
0010099-10.2019.5.03.0081	Aguardando audiência
0010117-31.2019.5.03.0081	Aguardando prazo
0010410-98.2019.5.03.0081	Aguardando final do sobrestamento
0010411-83.2019.5.03.0081	Aguardando final do sobrestamento
0010503-61.2019.5.03.0081	Aguardando audiência
0010571-11.2019.5.03.0081	Aguardando prazo
0010629-14.2019.5.03.0081	Aguardando audiência
0010631-81.2019.5.03.0081	Aguardando audiência
0010659-49.2019.5.03.0081	Aguardando audiência
0010660-34.2019.5.03.0081	Aguardando audiência
0010661-19.2019.5.03.0081	Aguardando audiência
0010662-04.2019.5.03.0081	Aguardando audiência
0010666-41.2019.5.03.0081	Aguardando audiência
0010768-67.2019.5.03.0015	Aguardando audiência
0010786-84.2019.5.03.0081	Cumprimento de Providências
0010787-69.2019.5.03.0081	Cumprimento de Providências

2) Indicador Pendentes (I02): representa a quantidade de processos pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução e os pendentes de liquidação.

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 377)	0
	Processos pendentes de baixa -	327

	fase de conhecimento (item 90377)	
--	-----------------------------------	--

FASE	Situação	Quantidade de processos
LIQUIDAÇÃO	Processos com liquidação de sentença pendente (item 394)	0
	Processos com liquidação de sentença pendente (item 90394)	38

FASE	Situação	Quantidade de processos
EXECUÇÃO	Processos pendentes de baixa – fase de execução (item 383)	0
	Processos pendentes de baixa – fase de execução (item 90383)	251

3) Indicador Taxa de Conclusos com Prazo Vencido (I03): representa a relação entre o total de processos conclusos com o prazo vencido e o total de processos aguardando a prolação de sentença.

FASE	Variável	Forma de apuração	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Pendentes de julgamento conclusos com o prazo vencido	Saldo de processos do item 393 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 90393 no final do período de referência	0
	Total de processos conclusos aguardando prolação de sentença	Saldo de processos do item 62 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 90062 no final do período de referência	29

**1.10. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO** – A taxa de congestionamento na fase de execução – 1º grau, indicador nº 14 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 75,67% em 2016, de 68,88% em 2017, de 62,84% em 2018 e de 56,65% em 2019. A Meta estabelecida para este indicador em 2019 era de 59% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 03/02/2020, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).

Vara do Trabalho	Guaxupé - 01a Vara				
Indicador / Ano	2016	2017	2018	2019	3º trim/2020 (01/10/19 a 30/09/20)
Ind. 14: Taxa de Congestionamento Execução (%)	39,44	47,87	45,68	39,07	39,15

Existem 403 processos em fase de execução, assim discriminados:

- 237 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- não há processos suspensos por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- 166 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 90103, 327 e 90327;
- não há processos no arquivo temporário, extração personalizada do SIAP1.

Os dados foram extraídos do sistema e-Gestão, no período de 01/01/2020 até 06/11/2020

No ano anterior, até dia 06/11/2019 - havia 529 processos na fase de execução, assim distribuídos:

- 271 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- não há processos suspensos por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- 258 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 90103, 327 e 90327.

Abaixo Tabela dos 20 processos mais antigos na fase de execução, conforme itens 99 e 90099 do e-Gestão (dados apurados no mês de novembro até o dia 6-11):

Processo	Tarefa
0000046-82.2010.5.03.0081	Cumprimento de Providências
0000759-52.2013.5.03.0081	Aguardando cumprimento de acordo
0001218-88.2012.5.03.0081	Cumprimento de Providências
0001275-72.2013.5.03.0081	Aguardando cumprimento de acordo
0010161-26.2014.5.03.0081	Análise
0010357-59.2015.5.03.0081	Cumprimento de Providências
0010012-30.2014.5.03.0081	Aguardando prazo
0000990-79.2013.5.03.0081	Aguardando apreciação pela instância superior
0001759-87.2013.5.03.0081	Assinar despacho
0010164-44.2015.5.03.0081	Aguardando apreciação pela instância superior
0011671-40.2015.5.03.0081	Cumprimento de Providências
0010400-59.2016.5.03.0081	Aguardando apreciação pela instância superior



0010547-85.2016.5.03.0081	Cumprimento de Providências
0011686-09.2015.5.03.0081	Análise
0010825-86.2016.5.03.0081	Análise
0010858-76.2016.5.03.0081	Aguardando prazo
0011792-68.2015.5.03.0081	Cumprimento de Providências
0010007-37.2016.5.03.0081	Cumprimento de Providências
0010800-73.2016.5.03.0081	Aguardando apreciação pela instância superior
0011071-82.2016.5.03.0081	Aguardando prazo

Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das decisões de execução conforme itens 90.093/93 (execuções encerradas) e 90.398/398 (incidentes na Liquidação/Execução julgados,) extraídos do sistema e-Gestão (mês de novembro 2020 apurado até dia 6-11):

Decisões na execução	2019	2020
01-JANEIRO	25	58
02-FEVEREIRO	107	65
03-MARÇO	67	56
04-ABRIL	42	8
05-MAIO	26	71
06-JUNHO	27	22
07-JULHO	75	35
08-AGOSTO	154	30
09-SETEMBRO	93	33
10-OUTUBRO	41	31
11-NOVEMBRO	91	13
<b>Totais</b>	<b>748</b>	<b>422</b>

Execuções por juiz	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11
ANSELMO BOSCO DOS SANTOS	58	54	2	6	71	22	35	30	33	11	13
FABRÍCIO LIMA SILVA										20	13
LUCIANO JOSE DE OLIVEIRA		8	54	2							
<b>Totais</b>	<b>58</b>	<b>62</b>	<b>56</b>	<b>8</b>	<b>71</b>	<b>22</b>	<b>35</b>	<b>30</b>	<b>33</b>	<b>31</b>	<b>13</b>

Comparativamente, nos anos de 2019 e 2020, foram expedidos alvarás, conforme abaixo (mês de novembro 2020 apurado até dia 6-11):

Alvarás	2019	2020
01-JANEIRO	19	4
02-FEVEREIRO	17	5
03-MARÇO	14	3
04-ABRIL	13	
05-MAIO	14	
06-JUNHO	15	
07-JULHO	19	



08-AGOSTO	4	
09-SETEMBRO	18	
10-OUTUBRO	15	
11-NOVEMBRO	13	
<b>Totais</b>	161	12

**1.11. PROCESSOS INCIDENTAIS PENDENTES:** de acordo com o sistema e-Gestão, dados de 6-11-2020, existem 18 processos, conforme se apurou dos itens 117, 90117, 400, 90400, 427 e 90427.

	<b>Qtde</b>
Embargos de Declaração Pendentes	3
Incidentes na Liquidação/Execução Pendentes	7
Tutelas Provisórias Pendentes	8
<b>Total</b>	18

**2. PROCESSOS EXAMINADOS** – Foram examinados, conforme discriminação a seguir, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados na Vara do Trabalho quanto à observância do ordenamento jurídico, o cumprimento dos atos, despachos, ordens e recomendações do colendo Tribunal Superior do Trabalho, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, da Direção do Tribunal e da Corregedoria Regional.

Na pauta do dia 18-11-2020 havia 9 processos:

- a) **procedimento sumaríssimo:** 2 processos;
- b) **procedimento ordinário:** 3 processos;
- c) **instrução:** 4 processos.

Foram examinados os autos dos processos 0010659/19, 0010606/20, 0010615/20, 0010670/20, 0010631/19, 0010672/20, 0010632/20, 0010660/20, 0010662/20.

RESULTADO: os processos encontram-se em ordem.

**2.1. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS; PROCESSOS SOBRESTADOS; PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO; PROCESSOS JULGADOS; PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO e PROCESSOS ARQUIVADOS.**

Nos termos do parágrafo 1º do artigo 6º do ATO Nº 13/GCGJT, de 19 de maio de 2020 e mediante consulta ao Painel Migração CLEC, que esta Vara do Trabalho não possui processos físicos.

Exame dos autos dos processos 0010361/18, 0010172/20, 0010524/20, 0010551/20, 0010550/20, 0010460/20, 0010417/20, 0010394/20, 0010195/20, 0010094/20, 0010410/19, 0010411/19, 0001661/13, 0000650/12, 0001360/14, 0001477/14, 0010620/17, 0010653/17, 0010448/18, 0010464/20, 0010442/20, 0010413/20, 0010592/20, 0010563/20, 0010555/20, 0010263/20, 0010540/20, 0010532/20, 0010492/20, 0010365/20, 0010345/20, 0010622/20, 0010624/20, 0010541/20, 0010491/20, 0010899/19, 0010251/20, 0010206/20, 0010369/20, 0010588/20, 0010202/20, 0010507/20, 0010136/20, 0010161/20, 0010458/19, 0010117/20, 0010231/20, 0010990/18, 0010216/20, 0010978/19, 0010116/19, 0010376/20, 0010349/18, 0010859/19, 0010849/19, 0011016/19, 0010387/20, 0010212/17, 0011500/17, 0010487/20, 0010350/20, 0010528/20, 0010232/20, 0010488/20, 0010654/20, 0010317/20, 0010315/20, 0010314/20, 0010363/20, 0010531/20, 0010234/20.

RESULTADO: os processos encontram-se em ordem.

Recomenda-se aos MM. juízes que profiram sentenças na forma da Recomendação N. 4/GCGJT, de 26 de setembro de 2018 referente aos “Procedimentos relacionados à prolação de sentenças e acórdãos líquidos”, divulgada por meio do Ofício Circular N. CR/45/2018, de 1º de outubro de 2018.

**2.2. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE DE EMPREGADO ESTÁVEL** – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que não há, até a presente data, inquérito judicial em tramitação.

**2.3. AÇÃO CIVIL PÚBLICA** – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 4 ações civis públicas em tramitação.

Processo	Tarefa
0010531-34.2016.5.03.0081	Aguardando apreciação pela instância superior
0010645-07.2015.5.03.0081	Aguardando apreciação pela instância superior
0011184-36.2016.5.03.0081	Aguardando apreciação pela instância superior
0011237-17.2016.5.03.0081	Aguardando apreciação pela instância superior

**2.4. AÇÃO CIVIL COLETIVA** – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 4 ações civis coletivas em tramitação.

Processo	Tarefa
0010090-87.2015.5.03.0081	Aguardando apreciação pela

	instância superior
0010099-49.2015.5.03.0081	Aguardando apreciação pela instância superior
0010100-34.2015.5.03.0081	Aguardando apreciação pela instância superior
0010456-29.2015.5.03.0081	Aguardando prazo

### 3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA –

#### Prazos médios da pauta/dias corridos

	2018	2019	2020
Procedimento sumaríssimo/ordinário	28	21	35
Instrução processo físico	-	-	-
Instrução processo eletrônico	50	41	78

Apuração conforme dados extraídos do sistema e-Gestão.

#### Disponibilidade de Pauta/dias úteis

	2018	2019	2020
Procedimento sumaríssimo	8	9	7/12/2020 – 14 dias
Procedimento Ordinário	8	9	7/12/2020 – 14 dias
Instrução	53	41	09/03/2021 – 53 dias

PRAZOS MÉDIOS (de 1º-1-2020 até 6-11-2020).

1) Indicador Prazo Médio na Fase de conhecimento (I04): representa o prazo médio entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença (em dias corridos) na fase de conhecimento.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 416)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 90416)	523	76

2) 2) Indicador Prazo Médio na Fase de Liquidação (I05): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de liquidação.

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corri-

		dos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 417)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 90417)	47	69

3) Indicador Prazo Médio Fase de Execução (I06): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de execução.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – procedimento sumaríssimo - ente privado (item 275)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução - ente privado (item 90275)	292	1.215
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 277)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 90277)	0	0

No ano 2019, apurou-se que, em 227 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	Ano-2019	Média/dia útil
Julgados procedentes	38	0,1
Julgados procedentes em parte	113	0,4
Julgados improcedentes	65	0,2
Extintos com resolução de mérito	8	0,03

Outras decisões com resolução de mérito	0	0
<b>Total com exame de mérito</b>	224	0,9
Extintos sem resolução de mérito	125	0,5
Arquivamento	92	0,4
Desistência	47	0,2
Outras decisões sem exame de mérito	0	0
Total sem exame de mérito	264	1,1
Decisões de conhecimento	488	2,1
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	84	0,3
Decisões na fase de execução	91	0,4
<b>Total</b>	663	2,9

No ano de 2020, até o dia 6-11, com 196 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	Ano Atual	Média dia/útil
Julgados procedentes	36	0,1
Julgados procedentes em parte	98	0,5
Julgados improcedentes	53	0,2
Extintos com resolução de mérito	5	0,02
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
<b>Total com exame de mérito</b>	<b>192</b>	<b>0,9</b>
Extintos sem resolução de mérito	23	0,1
Arquivamento	67	0,3
Desistência	25	0,1
Outras decisões sem resolução de	0	0

mérito		
<b>Total sem resolução de mérito</b>	<b>115</b>	<b>0,5</b>
Decisões de conhecimento	307	1,5
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	51	0,2
Decisões na fase de execução	29	0,14
<b>Total</b>	<b>387</b>	<b>1,9</b>

#### 4. AUDIÊNCIAS, DESPACHOS E SENTENÇAS NA FASE DE CONHECIMENTO

– Em outubro de 2020, com 20 dias úteis, realizaram-se:

<b>Audiências</b>	<b>Número de Audiências/ Mês</b>	<b>Média/dia útil</b>
Conciliação em conhecimento	0	0
Conciliação em execução	4	0,2
Encerramento de instrução <small>Os encerramentos de instrução não são somados</small>	0	0
Inicial/Inicial (rito sumaríssimo)	71	3,5
Inquirição de testemunha (juízo deprecado)	2	0,1
Instrução/Instrução (rito sumaríssimo)	36	1,8
Una/Una (rito sumaríssimo)	2	0,1
<b>Total</b>	<b>115</b>	<b>5,7</b>

No mês de outubro de 2020, segundo dados do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, foram homologados 19 acordos em conhecimento, conforme se verificou dos itens 39 e 90039.

Conforme sistema e-Gestão, foram conciliados na fase de conhecimento, liquidação e execução (sentenças e decisões). Mês de novembro 2020 apurado até dia 6-11:

<b>Conciliações por fases</b>	<b>Conhecimento</b>		<b>Execução</b>		<b>Liquidação</b>	
	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>
01-JANEIRO	16	5	2	3		
02-FEVEREIRO	28	46	2	3	1	
03-MARÇO	29	12	5	5	2	2

04-ABRIL	41	1	4		3	
05-MAIO	44	20	6		2	
06-JUNHO	45	24	7	6	1	2
07-JULHO	26	31	14	3		1
08-AGOSTO	34	26	2	2	2	2
09-SETEMBRO	37	37	7	2	1	1
10-OUTUBRO	57	21	7	4	1	
11-NOVEMBRO	86	6	7	1	2	
<b>Totais</b>	<b>443</b>	<b>229</b>	<b>63</b>	<b>29</b>	<b>15</b>	<b>8</b>

Conciliação por juiz	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11
ANSELMO BOSCO DOS SANTOS	8	45		1	20	32	35	30	40	5	
FABRICIO LIMA SILVA										20	7
LUCIANO JOSE DE OLIVEIRA		4	19								
<b>Totais</b>	<b>8</b>	<b>49</b>	<b>19</b>	<b>1</b>	<b>20</b>	<b>32</b>	<b>35</b>	<b>30</b>	<b>40</b>	<b>25</b>	<b>7</b>

Comparativamente, nos anos de 2019 e 2020, foram realizadas audiências, conforme abaixo (mês de novembro 2020 apurado até dia 6-11):

<b>Audiências</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>
01-JANEIRO	25	18
02-FEVEREIRO	101	117
03-MARÇO	70	40
04-ABRIL	85	
05-MAIO	130	69
06-JUNHO	79	97
07-JULHO	79	103
08-AGOSTO	96	103
09-SETEMBRO	87	119
10-OUTUBRO	141	115
11-NOVEMBRO	161	15
<b>Totais</b>	<b>1054</b>	<b>796</b>

Audiências por juiz	2020/01	2020/02	2020/03	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11
ANSELMO BOSCO DOS SANTOS	18	110		69	97	103	103	119	3	
FABRICIO LIMA SILVA									112	15
LUCIANO JOSE DE OLIVEIRA		7	40							
<b>Totais</b>	<b>18</b>	<b>117</b>	<b>40</b>	<b>69</b>	<b>97</b>	<b>103</b>	<b>103</b>	<b>119</b>	<b>115</b>	<b>15</b>

Foram realizadas 49 audiências de 1-11-2020 até o dia 16-11-2020 e designadas 84 de 17-11-2020 até do dia 30-11-2020.



Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das sentenças e acordos homologados por sentença em conhecimento, conforme apurado nos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049 do e-Gestão: (mês de novembro 2020 apurado até dia 6-11):

<b>Sentenças</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>
01-JANEIRO	36	32
02-FEVEREIRO	54	86
03-MARÇO	63	46
04-ABRIL	78	10
05-MAIO	84	28
06-JUNHO	81	68
07-JULHO	63	70
08-AGOSTO	86	43
09-SETEMBRO	109	82
10-OUTUBRO	95	50
11-NOVEMBRO	136	17
<b>Totais</b>	<b>885</b>	<b>532</b>

Sentenças por juiz	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11
ANSELMO BOSCO DOS SANTOS	32	81	9	10	28	68	70	43	82	25	3
FABRICIO LIMA SILVA										25	14
LUCIANO JOSE DE OLIVEIRA		5	37								
<b>Totais</b>	<b>32</b>	<b>86</b>	<b>46</b>	<b>10</b>	<b>28</b>	<b>68</b>	<b>70</b>	<b>43</b>	<b>82</b>	<b>50</b>	<b>17</b>

Foram despachados, segundo dados da produtividade, extraídos das tabelas processuais unificadas no período (mês de novembro 2020 apurado até dia 6-11):

<b>Despachos</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>
01-JANEIRO	558	512
02-FEVEREIRO	545	869
03-MARÇO	398	578
04-ABRIL	631	310
05-MAIO	604	743
06-JUNHO	532	581
07-JULHO	783	701
08-AGOSTO	1023	649
09-SETEMBRO	868	874
10-OUTUBRO	840	794
11-NOVEMBRO	849	168
<b>Totais</b>	<b>7631</b>	<b>6779</b>

Constatou a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora, mediante informação do Secretário da Vara do Trabalho, que, no período da pandemia da COVID-19, as audiências são realizadas de segunda-feira a quinta-feira, a partir das 13 horas. O intervalo entre as audiências é de 20 minutos para as de procedimento sumaríssimo, 20 minutos para as de procedimento ordinário e de 60 minutos para as instruções.

A análise dos termos do artigo 19, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, fica prejudicada em razão das medidas de prevenção à disseminação do Novo Coronavírus da Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

Declara o magistrado, quanto à residência, que cumpre a disposição contida no artigo 30, inciso IV, "c", do Regimento Interno do TRT da 3ª Região e os termos das Instruções Normativas Conjuntas nº 1, de 13-11-2014 e nº 6, de 13-8-2015 e que mantém o cadastro atualizado na Secretaria-Geral da Presidência.

## 5. Produtividade –

<b>Movimentação Anual de Processos</b>			
	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020 até 6-11</b>
Processos recebidos	859	962	666
Média por dia útil	3,8	4,2	3,3
Processos remanescentes do ano anterior	194	92	289
Sentenças anuladas	9	3	2
<b>Total de processos para solução</b>	<b>1.062</b>	<b>1.057</b>	<b>957</b>
Processos solucionados	976	947	532
Processos conciliados	527	459	225
Produtividade	91,90%	89,59%	55,59%

Analisando os dados supra, verificou-se um aumento de 11,9% em relação ao número de processos recebidos no ano 2018. Quanto à produtividade, verificou-se que em 2019 houve uma diminuição de 2,3%.

**5.1. Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho (IGEST)** – desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da gestão das varas do trabalho de todo o país e auxiliar na melhoria da efetividade da prestação jurisdicional combinada à força de trabalho disponível. Ao mesmo tempo, possibilita a vara orientar melhor sua atuação, tornando um instrumento eficaz de gestão. Ademais, o IGEST se

alinha às Metas Nacionais e ao Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG e foi instituído no âmbito deste Regional por meio da Resolução Conjunta GP/GCR/GVCR n. 104, de 18 de dezembro de 2018.

**MESOINDICADOR PRODUTIVIDADE:** (de 1º-1-2020 até 6-11-2020)

1) Indicador Taxa de Conciliação na fase de conhecimento (I07): representa a relação entre a quantidade de processos solucionados por conciliação e o total de processos solucionados.

Conciliações	Soma dos processos dos itens 39 e 90039	225
Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90071, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	532

2) Indicador Taxa de Solução (I08): representa a relação entre o total de processos solucionados e o total de processos recebidos por distribuição, redistribuição e que retornaram para novo julgamento.

Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	532
Recebidos	Soma dos processos dos itens 26, 90026, 27, 90027, 29, 90029, 30, 90030, 31, 90031, 32 e 90032	668

3) Indicador Taxa de Execução (I13): representa a relação entre o total de execuções encerradas pelo total de execuções iniciadas.

Execuções iniciadas	Soma dos processos dos itens 329 e 90329	178
Execuções encerradas	Soma dos processos dos itens 93 e 90093	393

**MESOINDICADOR CONGESTIONAMENTO:** (de 1º-1-2020 até 6-11-2020)

1) Indicador Taxa de Congestionamento no Conhecimento (I09): representa o volume de trabalho atualmente represado, em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de conhecimento.

Pendentes de baixa na Fase de Conhecimento	Saldo de processos dos itens 377 e 90377 no final do período de referência	327
Baixados na Fase de	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	538

Conhecimento		
--------------	--	--

2) Indicador Taxa de Congestionamento na Execução (I10): representa o volume de trabalho atualmente represado em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de execução.

Pendentes de baixa na Fase de Execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	251
Baixados na Fase de Execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	353

**MESOINDICADOR FORÇA DE TRABALHO:** (de 1º-1-2020 até 6-11-2020)

1) Indicador Produtividade por Servidor (I11): representa o total de processos baixados nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Baixados na fase de conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	538
Baixados na fase de execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	353
Servidores em atividade	Contagem dos servidores dos itens 2035, 2045, 2053, 2061 e 2412	16

2) Indicador Pendentes por Servidor (I12): representa total de pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Pendentes na fase de conhecimento	Saldo de processos dos itens 337 e 90337 no final do período de referência	327
Pendentes de baixa na fase de execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	251
Servidores em atividade	Contagem dos servidores nos itens 2035 (servidores do quadro permanente da área judiciária), 2045 (servidores requisitados do Poder Judiciário da União, lotados na área judiciária 1º grau), 2053 (servidores requisitados	16

	de outros órgãos lotados na área judiciária do 1º grau), 2061 (servidores ocupantes exclusivamente de cargos em comissão lotados na área judiciária de 1º grau) e 2412 (servidores removidos de outros órgãos da Justiça do Trabalho lotados na área judiciária de 1º grau)	
--	---	--

Perfil da Vara do Trabalho		Guaxupé - 01a Vara			
Indicadores / Período de referência		Ano 2019 01/01/2019 a 31/12/2019	1º trim 2020 01/04/2019 a 31/03/2020	2º trim 2020 01/07/2019 a 30/06/2020	3º trim 2020 01/10/2019 a 30/09/2020
<b>Indicadores</b>	I01 - Idade Média do pendente de julgamento (em anos)	0,10	0,40	0,25	0,18
	I02 - Pendentes	528	520	562	592
	I03 - Taxa de conclusos com o prazo vencido (%)	0,00	0,00	0,00	0,00
	I04 - Prazo médio no conhecimento (em dias)	40,82	43,49	49,38	56,85
	I05 - Prazo médio na liquidação (em dias)	56,74	57,36	58,57	72,61
	I06 - Prazo médio na execução (em dias)	1.646,35	1.904,99	1.987,90	1.663,87
	I07 - Taxa de conciliação (%)	49,14	47,62	45,27	48,68
	I08 - Taxa de solução (%)	97,80	96,04	89,14	86,01
	I13 - Taxa de execução (%)	334,22	362,62	427,57	293,33
	I09 - Taxa de congestionamento no conhecimento (%)	15,57	19,21	25,88	29,55
I10 - Taxa de congestionamento na execução (%)	39,07	32,97	35,58	39,15	

	I11 - Produtividade por servidor	89,88	92,25	78,19	70,69
	I12 - Pendentes por servidor	31,94	30,81	33,25	35,06
<b>Meso</b>	Acervo	0,08	0,11	0,11	0,10
	Celeridade	0,19	0,22	0,23	0,24
	Produtividade	0,45	0,49	0,48	0,51
	Congestionamento processual	0,22	0,19	0,23	0,22
	Força de trabalho	0,49	0,47	0,51	0,47
<b>Macro</b>	<b>IGEST</b>	<b>0,2871</b>	<b>0,2971</b>	<b>0,3124</b>	<b>0,3083</b>
	Posição IGEST	6	7	11	17
	Movimentação processual	1001 a 1500	1001 a 1500	1001 a 1500	1001 a 1500

## 6. ARRECADAÇÃO –

Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda
R\$1.282.934,36	R\$278.008,05

**7. PORTARIAS** – De acordo com o Secretário da Vara do Trabalho, encontram-se em vigor as Portarias 2/2002, que trata da anotação de CTPS pela Secretaria, 1/20015, que regulamenta a entrega de documentos físicos no Pje e a 2/2020, que dispõe sobre a apresentação de documentos no Pje em virtude das restrições impostas pela pandemia.

**8. SISBAJUD, INFOJUD, RENAJUD e SIMBA** – Durante a correição, constatou-se que a Unidade emprega as ferramentas eletrônicas de pesquisa patrimonial.

**9. DA SECRETARIA** – Concluída a correição, de acordo com os critérios acima especificados, a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora examinou 80 autos de processos, sendo que não foram encontrados excessos de prazo.

Registra-se que durante os trabalhos de correição, foi observada a Resolução Conjunta GP/CR N. 58/2016 e suas posteriores alterações, bem como foram observadas as suspensões de prazo em decorrências das chuvas em 2020, da Portaria GP N. 109/2020 e das Portarias Conjuntas GP/CR/VCR N. 112/2020 e N. 114/2020. Também foram observadas as determinações referentes ao COVID-19.

## 10. Gestão Estratégica

As metas nacionais e os indicadores do Plano Plurianual 2015-2020 do TRT-MG devem ser monitorados para que se possa acompanhar e analisar os resultados institucionais, e a atividade correicional apoia esta iniciativa:

**Meta 1 CNJ/Meta 6 CSJT:** Índice de Processos Julgados (IPJ) - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

Em 2019, quando a Meta era “julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 96,71% de cumprimento da Meta, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 107,48% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ).

No ano 2020, até o dia 30-9-2020, o percentual alcançado foi de 78,60%, sendo a média deste Regional para o mesmo período de 86,8%.

**Meta 2 CNJ/Meta 7 CSJT:** Índice de Processos Antigos (IPA) - Identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017, nos 1º e 2º graus.

Em 2019, quando a Meta era “identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017, no 1º grau”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 107,56%, do valor da meta estipulado para o ano de 2019, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 100,28% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo CNJ).

Os valores de 2020 aguardam publicação pelos órgãos superiores.

**Meta 3 CNJ/Meta 9 CSJT:** Índice de Conciliação – Fase de Conhecimento (ICONc) - Manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017.

Em 2019, quando a Meta era “manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 116,06% de cumprimento da Meta, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 92,50% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, divergente do valor divulgado pelo CNJ igual a 102%. Os métodos de cálculo que os dois Conselhos utilizam são distintos).

No ano 2020, até o dia 30-9-2020, o percentual alcançado foi de 53,58% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 49,48%.

**Meta 5 CNJ/Meta 11 CSJT:** Índice de Execução (IE) - Baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente.



Em 2019, quando a Meta era “baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 120,48%, do valor da meta estipulado para o ano de 2019, tendo cumprido a Meta. O resultado deste Regional foi de 123,07% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, praticamente igual ao valor divulgado pelo CNJ de 123,06%).

No ano 2020, até o dia 30-9-2020, o percentual alcançado foi de 130,91% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 100,59%.

**Meta 6 CNJ/Meta 8 CSJT:** Índice de Ações Coletivas Julgadas (IACJ) - Identificar e julgar, até 31/12/2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau.

Em 2019, quando a Meta era “identificar e julgar, até 31/12/2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 102,04% do valor da meta estipulado para o ano de 2019, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 98,06% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo CNJ).

Os valores de 2020 aguardam publicação pelos órgãos superiores.

**Meta 5 CSJT:** Tempo médio de duração do processo - Fase de Conhecimento (TMDP1c): Reduzir o prazo médio, em relação ao ano base 2017.

Em 2019, quando a Meta era “reduzir o prazo médio em relação ao ano base 2017 (de 170 dias), em 2% até 2019 e em 5% até 2020”, o tempo médio de duração do processo desta unidade organizacional foi de 40,82 dias, sendo que o resultado deste Regional foi de 224 dias (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT). Observa-se que a meta em 2019 era de 166 dias.

O percentual de cumprimento desta unidade foi de 24,59%, tendo cumprido a Meta, enquanto que para o TRT-MG este percentual foi de 64,92%, sendo que, neste item, diferentemente dos demais, o percentual abaixo de 100% é a referência para o atingimento da referida Meta.

No ano 2020, até o dia 30-9-2020, o tempo médio alcançado foi de 70,14 dias, sendo o resultado deste Regional para o mesmo período de 169,24 dias.

**11. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL** – Enfatiza a Corregedoria Regional a importância da observância da Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho constante do Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/14 e as orientações da Seção de Gestão Socioambiental deste Regional.

**12. DAS ATIVIDADES E CONDIÇÕES DE SEGURANÇA** – Conforme o artigo 12, parágrafo 3º, da Resolução Conjunta nº 4, de 28-2-2014, do Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 9º da Resolução nº 176, de 10-6-2013,

do Conselho Nacional de Justiça, bem como nas normas que dispõem sobre segurança oriundas do Tribunal Regional, a Corregedoria Regional determina que sejam cumpridas as determinações do Ato Regulamentar Conjunto nº 1, de 15-9-2008 (ARGCJ 1/2008) e da Resolução GP nº 7, de 3-10-2013.

### **12.1 MEDIDAS TOMADAS PELA VARA DO TRABALHO NO TOCANTE À CONTINGÊNCIA DO COVID-19:**

A unidade organizacional observou as medidas publicadas referentes ao COVID-19, especialmente, a Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

### **13. RECOMENDAÇÕES:**

#### **13.1. RECOMENDAÇÕES GERAIS:**

Recomenda-se que, quando da publicação da Portaria, referente ao formulário eletrônico para a autoinspeção, seja cumprido o Provimento Conjunto GCR/GVCR N. 1, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020, publicado DEJT de 1º-10-2020, que dispõe sobre a autoinspeção ordinária das unidades judiciárias de 1º grau, realizadas pelos respectivos magistrados, no âmbito da jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

Recomenda-se, ainda, ao Secretário e aos Servidores da Vara que observem as recomendações para registrar movimentos no PJe de acordo com o e-Gestão.

#### **13.2: RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS:**

A Corregedoria Regional recomenda que seja (m):

- 1) intensificada a realização semanal de audiências de conciliação em processos na fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição, nos termos do inciso II do artigo 76 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. Ademais, deve ser seguido o que preceitua o *caput* do artigo 764 da CLT, no sentido de que “os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação”, frisando-se que “para os efeitos deste artigo, os juízes e Tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos”, nos moldes do § 1º do referido artigo;
- 2) inseridos em pauta os processos aguardando primeira audiência ou aguardando o encerramento da instrução que estão sem audiências designadas constantes da tabela do item 1.9 desta Ata;
- 3) examinados e saneados os processos mais antigos que estão na fase de conhecimento, conforme o discriminado no item 1.9 desta Ata;

- 4) examinados e saneados os processos mais antigos que estão na fase de execução, conforme o discriminado no item 1.10 desta Ata;
- 5) saneados os processos incidentais à fase de execução, conforme apurado no item 1.11 desta Ata;
- 6) envidados esforços para aumentar a produtividade, tendo em vista os dados apurados no item 5 desta Ata;
- 7) envidados esforços para o cumprimento da Meta 1 CNJ/Meta 6 CSJT: Índice de Processos Julgados (IPJ) - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, tendo em vista que esta não foi atingida no ano 2019;
- 8) observada a Portaria Conjunta GP/GCR/GVCR N. 223, de 3 de setembro de 2020 que estabelece no âmbito da Justiça do Trabalho de Minas Gerais medidas para a retomada gradual dos serviços presenciais, observadas as ações necessárias para a prevenção de contágio pelo novo coronavírus, causador da COVID-19;
- 9) cumprida a Recomendação Conjunta GCR/GVCR N. 2, de 18 de agosto de 2020 e artigo 5º da Portaria Conjunta CR/VCR N. 2, de 20 de março de 2020, dispondo que o contato de urgência das partes e advogados deve ser realizado por e-mail institucional e que o atendimento também seja por meio de videoconferência a advogados, procuradores, membros do Ministério Público do Trabalho e partes que atuam no exercício do jus postulandi, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, durante a pandemia da Covid-19 e a habilitação das funcionalidades siga-me ou WhatsApp Business;
- 10) observada a Resolução Conjunta GP/GCR N. 136, de 27 de janeiro de 2020, devendo a Vara do Trabalho adotar medidas para cumprimento dos procedimentos previstos no capítulo II, artigos 5º ao 7º da referida Resolução, e certificar a inexistência de depósitos judiciais e recursais vinculados ao processo a ser arquivado. Para isso, até a efetiva liberação do sítio eletrônico Garimpo, as varas do trabalho deverão consultar a existência de saldo nos sítios eletrônicos dos bancos já disponíveis. [https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj\\_internet/aceso-restrito/](https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/aceso-restrito/) (extratos da caixa econômica federal) e <https://www63.bb.com.br/portalbb/djo/rdo/magistrado/RD04,802,4647,4653,0,1,1.bbx?cid=1335> (extratos do Banco do Brasil) e <https://conectividade.caixa.gov.br> (depósitos recursais antes da reforma trabalhista);
- 11) cumprida a recomendação Nº 10/GCGJT, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020, que, em caráter excepcional, durante a duração da pandemia, sejam priorizados os atos atinentes à tramitação das ações trabalhistas e recursos de interesse dos profissionais da saúde que se encontram na função de atuação ao combate ao COVID-19;
- 12) realizado, pelos magistrados e pelos servidores, o Exame Periódico de Saúde na data aprazada pela Secretaria de Saúde deste Regional, em conformidade com artigo 13 da

Instrução Normativa GP nº 21, de 21 de julho de 2016, que dispõe sobre avaliação médica de magistrados e servidores em atividade, em função de riscos no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais.

A Corregedoria Regional reitera a necessidade de que sejam observadas as recomendações acima, o que será aferido na próxima correição ou extraordinariamente.

### **13.3. RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO 2019:**

A Corregedoria Regional verificou que não foram observadas as seguintes recomendações, formuladas naquela oportunidade:

1) promovida a realização semanal de audiências de conciliação em processos na fase de execução, num total mensal de no mínimo 30 audiências, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição, nos termos do inciso II do artigo 76 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. Ademais, deve ser seguido o que preceitua o *caput* do artigo 764 da CLT, no sentido de que “os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação”, frisando-se que “para os efeitos deste artigo, os juízes e Tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos”, nos moldes do § 1º do referido artigo.

A Corregedoria Regional reitera a observância das recomendações acima.

**14. OBSERVAÇÕES FINAIS** – A Corregedoria Regional recomenda que a Secretaria da Vara mantenha a qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento da sua missão institucional que, conforme o Plano Estratégico do TRT da 3ª Região é “Solucionar conflitos decorrentes das relações de trabalho de forma efetiva e célere, contribuindo para a harmonia social”.

Participe dos objetivos da Agenda 2030 (ONU) que firmou 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para transformar nosso mundo, a Corregedoria Regional incentiva o conhecimento de suas diretrizes, especialmente as inclusas no objetivo 16 que trata da Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

Enfatiza que a qualidade da prestação jurisdicional possibilita o alcance da visão de futuro do TRT da 3ª Região em “ser reconhecido na sociedade pela prestação da tutela jurisdicional dos direitos sociais de qualidade, célere e efetiva e pela excelência dos processos de gestão”, segundo consta no Planejamento Estratégico do TRT da 3ª Região.

Ressalta, ainda, a Corregedoria Regional o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo interior precisa ser

exposto para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme foi solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.

Registra-se que a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora não recebeu reclamação de advogados ou partes quanto aos serviços prestados pelo juízo da Vara do Trabalho.

A Correição Ordinária é encerrada às 15h15min do dia dezoito de novembro de 2020, em sessão pública telepresencial, nos termos do Edital n. 183/2020, publicado no DJe 6-11-2020, do que, para constar, eu, Mozart Secundino de Oliveira Júnior, Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria, lavrei e assinei a presente ata, impressa em frente e verso, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada, também, pela Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora. A equipe da Corregedoria Regional, que auxiliou a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora, além do Sr. Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria acima nominado, foi composta pelos servidores Flávio Mário Fonseca e Jânio Júlio Fernandes.

Maristela Iris da Silva Assinado de forma digital por Maristela  
Iris da Silva Malheiros:30831806  
Malheiros:30831806 Dados: 2020.11.30 16:19:08 -03'00'

**Maristela Iris da Silva Malheiros**  
**Desembargadora Vice-Corregedora do TRT/3ª Região**

MOZART SECUNDINO Assinado de forma digital por  
DE OLIVEIRA MOZART SECUNDINO DE  
JUNIOR:30831138 OLIVEIRA JUNIOR:30831138  
Dados: 2020.11.19 14:06:36 -03'00'

**Mozart Secundino de Oliveira Júnior**  
**Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria**